

**1ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA NONA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA  
2DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
3ADOLESCENTE – CONANDA**

4Às nove horas do dia seis de março de dois mil e sete, no Auditório da Escola Nacional  
5de Administração Pública / Enap, deu-se início a 149ª Assembléia Ordinária do  
6Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. A abertura dos  
7trabalhos foi feita pela Senhora Presidente Carmen de Oliveira. A Assembléia contou  
8com a presença dos conselheiros titulares: Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo,  
9Sociedade Brasileira de Pediatria; Antônio Pereira da Silva Filho, Federação Nacional  
10dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas; Maria Ignês  
11R. Souza Bierrenbach, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Isaias Bezerra de  
12Araújo, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Miriam Maria José dos Santos, Inspetoria São  
13João Bosco / Salesianos; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Fábio Feitosa da Silva,  
14União Brasileira de Educação e Ensino; Marta Marília Tonin, Conselho Federal da  
15Ordem dos Advogados do Brasil; Maria Aurilene Moreira Vidal, Conferência Nacional  
16dos Bispos do Brasil; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de  
17Meninos e Meninas de Rua; Ariel de Castro Alves, Movimento Nacional de Direitos  
18Humanos; Maria Luiza Moura de Oliveira, Conselho Federal de Psicologia; Raimunda  
19Núbia Lopes da Silva, Central Única dos Trabalhadores; José Ricardo Calza Caporal,  
20Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Eduardo Basso, Ministério da  
21Previdência Social; Rogério Baptista Teixeira Fernandes, Ministério da Fazenda;  
22Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da Saúde; Luis Fernando de Lara Resende,  
23Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Leandro da Costa Fialho, Ministério  
24da Educação; Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Política de  
25Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Conselheiros  
26Governamentais Suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia: Solange  
27Stella Serra Martins, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;  
28Luciana Cecco, Ministério do Esporte; Deuzinéa da Silva Lopes, Ministério do  
29Trabalho e Emprego; Andréa Giovannetti, Ministério das Relações Exteriores; Maria  
30Cristina Hoffmann, Ministério da Saúde; Mariana Bandeira, Casa Civil da Presidência  
31da República; Napoleão Alvarenga, Ministério da Cultura. Conselheiros Suplentes Não  
32Governamentais presentes: Maria Carolina da Silva, Visão Mundial; Elenice Baptista,  
33Aldeias Infantis SOS / Brasil; Iralda Cassol Pereira, Sociedade Literária Caritativa  
34Santo Agostinho; Moises do Espírito Santo JR; Nanko Van de Ueren, Centro Integrado  
35Educação e Escola. **Abertura dos Trabalhos, aprovação da pauta desta plenária e  
36da ata da 148ª Assembléia Extraordinária:** A Senhora Presidente fez a abertura da  
37Assembléia cumprimentando a todos e em seguida, submeteu a Pauta à plenária a qual  
38fora aprovada com a inclusão dos itens: Nota Pública e Edital sobre Projetos Esportivos  
39Sociais. Com relação a Ata, a sua aprovação fora transferida para a Assembléia do  
40próximo mês de abril. **Desenvolvimento da Pauta de trabalho: I – Apresentação da  
41pesquisa Conhecendo a Realidade – Pró-Conselho Brasil:** O Gestor do Programa  
42Pró-Conselho, Senhor Alberto Albino, fez uma rápida explanação sobre o objetivo da  
43pesquisa informando que a mesma era do conhecimento do Grupo Gestor do Pró-  
44Conselho e que aquele Grupo havia sugerido que a pesquisa fosse realizada por estado  
45da federação. Informou também que a pesquisa consistia de um levantamento realizado  
46por meio de respostas a questionários impressos, com informações concedidas pelas  
47várias instâncias de defesa dos direitos da criança e do adolescente, como os Conselhos  
48dos Direitos municipais, estaduais e do distrito federal e Conselhos Tutelares. Na  
49oportunidade, o Senhor Alberto agradeceu aos Conselhos Estaduais dos Direitos pela  
50divulgação dos trabalhos. Em seguida a Senhora Mariana, representante da Ceats /  
51Fundação Instituto de Administração e coordenadora da pesquisa, fez a apresentação  
52dos dados que seguem: **1) Contexto da pesquisa; 2) Objetivos; 3) Como a pesquisa foi  
53realizada; 4) Resultados; 5) Respondentes; 6) Institucionalização dos Conselhos; 7)**

54Avanços na criação de Conselhos; **8)** Fortalecimento dos Conselhos Estaduais dos  
55Direitos; **9)** Diagnóstico para a gestão; **10)** Sipia para a gestão; **11)** Estrutura de  
56atendimento; **12)** Fundo dos Direitos; **13)** Os conselheiros; **14)** Situação trabalhista nos  
57Conselhos Tutelares; **15)** Relacionamento dos Conselhos Tutelares com o Poder  
58Executivo; **16)** Demanda por capacitação; **17)** Dimensionamento de número de  
59Conselhos Tutelares; **18)** Criação de Conselhos Tutelares; **19)** Recomendações; **20)**  
60Revisão do Critério de Criação dos Conselhos Tutelares; **21)** Programas de capacitação;  
61**22)** Reforço Político-Institucional; **23)** Capacitação para o diagnóstico; **24)** Sipia. A  
62Senhora Mariana informou que foram respondidos dois mil quatrocentos e setenta e  
63quatro questionários pelos Conselhos Municipais, vinte e cinco Conselhos Estaduais e  
64três mil quatrocentos e setenta e seis mil pelos Conselhos Tutelares. Após a  
65apresentação da síntese abriu-se o debate tendo sido registrado os seguintes pontos: A  
66conselheira Aurilene indagou se havia sido questionado a relação dos Conselhos  
67Tutelares com a Justiça da Infância e da Juventude; O conselheiro Fábio indagou sobre  
68o porquê o Conselho do Distrito Federal não aparecia na relação dos Conselhos  
69Estaduais e com relação ao Sipia, se a avaliação tinha sido feita por Conselho. A  
70Senhora Mariana informou que havia sido detectado que o Conselho Tutelar  
71desenvolvia uma série de atribuições executivas das quais não faziam parte das suas  
72funções. Com relação ao Distrito Federal, o mesmo havia sido incluído na relação de  
73Conselhos Municipais e quanto ao Sipia à pergunta havia sido feita tanto aos Conselhos  
74Estaduais como aos Conselhos Municipais. A conselheira Júlia questionou se aparecia  
75na pesquisa o pagamento de conselheiros tutelares com recursos dos Fundos Municipais  
76e se os conselheiros tutelares tinham conhecimento das resoluções do Conanda. A  
77conselheira Luciana indagou se o Conselho do Distrito Federal havia não respondido  
78como Conselho Distrital (que corresponde ao Conselho Estadual) como aparecia o dado  
79de cem por cento dos Conselhos Estaduais, como foram considerados estes percentuais.  
80A conselheira Miriam questionou se havia dados na pesquisa que demonstrassem a  
81correlação de forças entre governo e sociedade civil. O conselheiro Ariel indagou se  
82havia dados sobre o aumento ou diminuição do número de municípios com Conselhos  
83Tutelares. Questionou também, se havia dados na pesquisa sobre o cumprimento da  
84resolução do Conanda que dispunha sobre a criação de Conselhos Tutelares em  
85municípios com duzentos mil habitantes ou acima disso e dados sobre a independência  
86desses conselhos. O conselheiro Ricardo Caporal demonstrou sua preocupação em  
87relação ao quantitativo de Conselhos Tutelares funcionando com a instalação do Sipia,  
88(apenas dezenove Conselhos) considerando a necessidade de se propor os devidos  
89encaminhamentos para sanar a questão. Considerou ainda que a pesquisa havia  
90apresentado o norte para esses encaminhamentos. A coordenadora Mariana respondeu  
91que existiam fragilidades na paridade dos conselhos municipais e que na maioria deles  
92não havia alternância, sendo a Presidência assumida pelo poder público. Citou também  
93a falta de independência e de autonomia dos conselhos para os encaminhamentos dos  
94assuntos. Quanto à questão do aumento ou diminuição do número de conselhos tutelares  
95informou que a pesquisa não abordara o assunto. A Senhora Presidente agradeceu aos  
96apresentadores da pesquisa comprometendo-se a repassar aos conselheiros a síntese  
97apresentada e, posteriormente, enviar uma cópia em CD-Rom. Quanto à íntegra do  
98documento, a sua distribuição seria feita somente depois da sua impressão gráfica. **II –**  
99**Plano de Comunicação do Conanda:** A Senhora Patrícia, integrante da Cipó / Rede  
100Andi e responsável pela elaboração do plano, esclareceu primeiramente sobre a  
101construção coletiva do mesmo. Em seguida, informou o passo-a-passo da metodologia  
102utilizada acrescentando que a sua implementação seria de responsabilidade do Conanda,  
103com o acompanhamento da Cipó. Neste sentido, pediu a indicação de um conselheiro  
104para a interlocução entre os dois órgãos e a Rede Andi. Após a apresentação abriu-se o  
105debate sendo registrados os pontos que seguem: **a)** A conselheira Maria Ignês  
106considerou o plano bom porém, disse não concordar com os prazos apresentados. Dada  
107a situação existente, o plano teria que ser muito mais ágil para que o Conanda pudesse  
108se comunicar urgente com a sociedade em geral; **b)** O conselheiro Fábio e a conselheira

109 Thereza, concordaram com a posição da conselheira Maria Ignês, alegando que era  
110 necessário uma proposta mais ágil e mais completa sendo que, no entendimento da  
111 conselheira Thereza era a Andi quem iria desenvolver o plano; **c)** O conselheiro Ariel  
112 enfatizou que a Andi tinha ajudado bastante o Conanda pautando com a mídia as  
113 questões que envolviam crianças e adolescentes mas considerava importante que ela  
114 ajudasse também nas questões da comunicação. A Senhora Presidente concordou com  
115 as posições apresentadas e acrescentou que era necessária uma proposta mais delineada,  
116 com a substituição de algumas ações do projeto por outras, de acordo com as  
117 necessidades do momento. Ressaltou que na última assembléia extraordinária havia  
118 sido deliberada campanha de esclarecimentos e que para tanto, era preciso alguns  
119 ajustes para maior brevidade na implantação do plano. Com relação à análise dos  
120 documentos do Conanda, considerou que a Andi, deveria analisá-los “in loco” e que ela  
121 estaria sendo remunerada para isto. Sugeriu também que entre as ações a serem  
122 desenvolvidas pela Andi deveria constar à capacitação dos conselheiros para se  
123 apresentarem na mídia a fim de que esta ação não ficasse centralizada numa única  
124 pessoa. Sugeriu ainda que fosse agregada a ação à análise das principais matérias  
125 publicadas na mídia sobre a redução da maioria penal e outros temas relevantes na  
126 área da criança e do adolescente; **d)** O conselheiro Isaias ressaltou a dificuldade dos  
127 conselheiros entenderem a relação com a mídia dentro do processo de comunicação que  
128 envolvia a assessoria de imprensa, assessoria de comunicação, pautas, divulgação,  
129 publicidade, entre outras; **e)** A conselheira Marta reforçou a idéia de construção  
130 conjunta para que houvesse um vínculo dos conselheiros com o plano de comunicação;  
131 **f)** O conselheiro Rogério sugeriu que fosse acrescentada a comunicação com os demais  
132 conselhos existentes; **g)** A conselheira Maria Luiza enfatizou a necessidade urgente da  
133 contratação de um assessor de imprensa para o Conanda, para fins de implementação  
134 do Plano; **h)** O conselheiro Ricardo Caporal e a conselheira Thereza propuseram que a  
135 Comissão de Mobilização se articulasse com a Andi para os referidos acertos e para  
136 que fosse dada a dimensão necessária ao Plano. A Senhora Presidente esclareceu sobre  
137 as dificuldades para contratação de um profissional de imprensa específico para o  
138 Conanda, sugerindo que todas as questões referentes ao Plano de Comunicação fossem  
139 discutidas durante o planejamento estratégico e que a metodologia fosse ajustada ao  
140 tempo, haja vista o novo cenário nacional. Enfatizou que neste ajuste era necessário  
141 considerar a comunicação em rede, à comunicação com os demais conselhos, a  
142 realização de oficina com os jornalistas e profissionais da mídia sobre o Sinase e outros  
143 temas da Conferência Nacional. A Vice-Presidente contrargumentou esclarecendo que a  
144 contratação da Assessoria estava no Regimento Interno do Conanda portanto, o mesmo  
145 deveria ser cumprido. A conselheira Marta também salientou a importância da  
146 contratação do profissional de comunicação para contrapor aos ataques da mídia. O  
147 conselheiro Ricardo Caporal acrescentou que além do profissional de imprensa, era  
148 necessária uma proposta de recomposição da Secretaria Executiva do Conanda que  
149 atendesse a demanda do Conselho. O conselheiro Isaias fez suas argumentações  
150 enfocando a natureza da Secretaria Executiva no tocante ao suporte técnico e  
151 administrativo; a necessidade de proposta de edital para contratação do profissional de  
152 imprensa e a necessidade urgente de manter articulações com a Secretaria de  
153 Comunicação do Governo Federal – Secom e com as Secretarias de Comunicação dos  
154 Ministérios, no sentido da realização de campanha de governo para mobilização da  
155 opinião pública sobre a questão da redução da idade penal e de outros assuntos  
156 pertinentes à área da criança e do adolescente. A conselheira Maria Ignês destacou as  
157 dificuldades de comunicação com a mídia. Neste sentido, o conselheiro Ariel propôs a  
158 retomada da parceria com a Andi. A Senhora Presidente novamente propôs discutir o  
159 assunto da comunicação durante o planejamento estratégico. Com relação à sugestão de  
160 integração das Assessorias de Comunicação, era necessário consultar previamente o  
161 Setor de Comunicação da SEDH em cumprimento a hierarquia existente. **III –**  
162 **Comissões Temáticas:** Às quatorze horas as Comissões Temáticas se reuniram para  
163 tratarem de assuntos pertinentes às suas áreas de atuação. **IV – Relato das Comissões**

164**Temáticas: 1) Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional:** O  
165conselheiro Flávio fez o relato dos trabalhos informando que os conselheiros Luís  
166Fernando, Thereza de Lamare e Cristina Guimarães, representariam o governo na  
167referida comissão. Com relação à Assessoria Técnica da comissão, foi solicitada a  
168disponibilidade da Assessora Jackeline em tempo integral durante as reuniões da  
169comissão. O conselheiro informou a alteração no objetivo geral da conferência dispo  
170sobre o caráter deliberativo da mesma e as alterações na redação dos eixos estratégicos.  
171Com relação aos convidados das Universidades e Conselhos Setoriais, houve  
172divergências no tocante a proposta da comissão para inclusão dos mesmos na categoria  
173“convidado” e não na categoria “delegado”. Assim sendo, foram submetidas duas  
174propostas à plenária para votação sendo a primeira, para que os representantes das  
175Universidades e dos Conselhos Setoriais participassem como convidados e a segunda,  
176como delegados. Foram registrados dezoito votos para a segunda proposta ou seja, a  
177inclusão dos mesmos na categoria “delegados” e, cinco votos para a primeira proposta.  
178A Vice-Presidente propôs o aumento do número de delegados adolescentes por Estado,  
179passando de quatro para oito adolescentes, tendo o mesmo sido aprovado por maioria.  
180Aprovadas ainda na categoria “convidados” a inclusão de um Parlamentar da Frente de  
181Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente ou na ausência, um representante da  
182Comissão de Direitos Humanos e as orientações para que as Conferências Municipais e  
183Estaduais estimulassem a participação de representantes de grupos sociais Quilombolas,  
184Povos Indígenas e Pessoa com Deficiência. **2) Comissão de Políticas Públicas:**  
185Inicialmente o conselheiro Ariel foi eleito relator da Comissão e em seguida, o mesmo  
186fez o relato dos trabalhos, destacando os pontos que seguem: **a)** indicação dos  
187conselheiros Ariel, Fábio, Cristina e Luciana para acompanhamento do PL de execução  
188das medidas socioeducativas; **b)** audiência com a Ministra Dilma Rousseff para tratar  
189do encaminhamento do PL ao Congresso Nacional; **c)** foi sugerida e aprovada a  
190inclusão do Sinase, do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e do  
191Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Pacote a ser  
192lançado pelo Governo Federal sobre Violência Pública; **d)** por sugestão da Comissão  
193Intersetorial de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil, foi aprovada a  
194realização da Assembléia Descentralizada na Cidade de Belém do Pará, nos dias nove e  
195dez de maio de dois mil sete em homenagem ao dia dezoito de maio. Neste sentido, a  
196Secretaria Executiva deverá enviar a convocação aos conselheiros governamentais o  
197mais urgente possível, para as providências necessárias ao deslocamento dos mesmos. A  
198Senhora Presidente aproveitou para informar que o Ministro Paulo de Tarso Vannuchi  
199havia determinado algumas providências relativas ao encaminhamento do PL, tais  
200como: que a Assessoria Legislativa do Ministério da Justiça subsidiasse os  
201parlamentares organizando oficinas com os formuladores do Estatuto da Criança e do  
202Adolescente para discutir suas propostas; realizar reunião com os Ministros que  
203compõem a Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sinase para apresentarem  
204seus planos de ação em relação ao Sistema; sugerir ao Ministério da Educação a  
205inclusão das unidades de internação no Plano de Aceleração da Educação a ser lançado  
206naqueles dias. **3 – Comissão de Mobilização e Formação:** A conselheira Beatriz  
207iniciou o relato dos trabalhos informando a ausência total dos representantes  
208governamentais dos Ministérios da Educação, Cultura, Justiça e da Casa Civil, motivo  
209pela qual a sociedade civil assumir a relatoria dos trabalhos. A relatora destacou os  
210seguintes pontos: **Pesquisa “Conhecendo a Realidade do Pró-Conselho Brasil”:** **a)**  
211comunicar oficialmente ao Conanda a finalização da pesquisa; **b)** elaborar “release” das  
212informações mais pertinentes do momento para divulgação na mídia; **c)** revisão da  
213apresentação da pesquisa pelas conselheiras Marta, Maria Luiza e Thaís e a Assessora  
214Jackeline, para que a mesma possa ser divulgada. **Plano de Comunicação:** **a)** que a  
215Andi faça os ajustes necessários das etapas e prazos do Projeto de Comunicação; **b)** que  
216a SPDCA mantenha contatos com os responsáveis pela Andi e Rede Andi para  
217retomada do andamento e execução do Projeto; **c)** que se cumpra o Regimento Interno  
218do Conanda no tocante a contratação de assessora para a área de comunicação do

219Conanda. Foi ressaltada a ausência da Andi e da Senhora Patrícia que fez a  
220apresentação do Plano. **Comissão de Orçamento e Finanças:** O Senhor Rogério  
221apresentou o relato da Comissão enfocando os seguintes pontos: a) **Edital dois mil e**  
222**sete:** Foi proposto pela Comissão e aprovado pela plenária a prorrogação da data de  
223encaminhamento dos projetos estabelecida na Resolução do Conanda número cento e  
224vinte e dois, passando do dia dezesseis de março para o dia trinta de março de dois mil e  
225sete. b) **Edital para inscrição de Projetos Esportivos Sociais dois mil e sete a dois**  
226**mil e oitos:** O Edital foi aprovado de acordo com as alterações sugeridas pela Comissão  
227de Orçamento e Finanças. **V – Nota Pública sobre a redução da maioria penal:**  
228O conselheiro Rogério manifestou a sua contrariedade pela inclusão do seu nome na  
229nota pública aprovada pelo Conanda alegando não se sentir à vontade para aprová-la, já  
230que ele não estava presente. Para ele, a plenária do dia vinte e seis deliberou sem  
231obedecer ao Regimento Interno do Conselho no que dispõe ao prazo legal para  
232convocação dos conselheiros. O conselheiro argumentou ainda que, a Presidente do  
233Conselho tem a autonomia para assinar os documentos. Solicitou que fosse registrado  
234na ata o seu posicionamento de discordância com os termos da nota. A conselheira  
235Núbia, defendeu que fosse destacado sim, o nome do representante da instituição. O  
236conselheiro Fábio contrargumentou que também estava ausente, entretanto, considerou  
237que representava uma instituição no Conselho, o qual precisava se posicionar sobre um  
238determinado assunto e que, portanto, não via impedimento para isto. A Senhora  
239Presidente considerou que não deveria assinar o documento sozinha mas sim, o  
240colegiado como um todo, como forma de legitimação do mesmo. Para sanar os  
241desentendimentos a Senhora Presidente propôs se manifestar junto à chefia do  
242conselheiro para os esclarecimentos necessários sobre o ocorrido. O conselheiro Ariel  
243alegou que a decisão foi feita pela maioria portanto deveria ser acatada por todo o  
244colegiado. O conselheiro Ricardo Caporal alegou que o Conanda tinha que se  
245manifestar e que o seu papel era a defesa de todas às crianças e adolescentes. O  
246conselheiro Luís Fernando também considerou que somente a Presidente deveria assinar  
247o documento, não necessitando relacionar os demais órgãos. A conselheira Cristina se  
248manifestou defendendo que a Nota Pública devia sim, ser assinada pelos Ministérios  
249enquanto representantes do Conselho, no sentido de reforçar e democratizar a ação. O  
250conselheiro Rogério voltou a argumentar que se sentia exposto considerando a  
251colocação de sua assinatura, uma violação dos direitos humanos e que o Conanda  
252poderia responder por isso. Para ele, deveria ter-se incluído apenas a relação dos  
253representantes presentes. A Vice-Presidente considerou que o assunto deverá ser  
254discutido e aprofundado pelo Colegiado para que fatos como este não viessem  
255acontecer. **VI – Consideração de Relatórios Submetidos pelos Estados Partes Sob o**  
256**Artigo quarenta e quatro da Convenção Interamericana sobre os Direitos da**  
257**Criança e do Adolescente:** O Consultor Renato Roseno fez uma breve explanação das  
258considerações sobre o Relatório inicial do Brasil apresentado à ONU em outubro de  
259dois mil e quatro, ressaltando que o envio do próximo relatório deverá ocorrer até o dia  
260vinte e três de outubro de dois mil e sete. Na sua explanação foram abordados os pontos  
261mais relevantes do relatório, tais como: **1) Aspectos Positivos do Relatório; 2) Sistema**  
262**Internacional de Proteção dos Direitos humanos; 3) Processo de Monitoramento; 4)**  
263**medidas Gerais de Implementação; 5) Princípios Gerais; 6) Direitos Civis e Liberdades;**  
264**7) Recomendações; 8) Seguimento e Difusão. VII – Planejamento do Conanda 2007-**  
265**2008:** Nos dias sete e oito foi realizado o Planejamento do Conanda para os exercícios  
266de dois mil e sete e dois mil e oito, cujo documento final será submetido à deliberação  
267no próximo mês de abril. Não tendo mais nada a ser tratado, a Senhora Presidente  
268agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata  
269após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.

270

271

272

273

Carmen S. de Oliveira  
Presidente

5  
274  
275

6